

TRANSPORTE Taxistas e motoristas de aplicativos divergem sobre regulamentação do serviço em Salvador

Regulamentação deve ficar para 2019

ROY ROGERES
A TARDE BA

Em março de 2018, o Congresso Nacional aprovou a regulamentação do transporte por aplicativo, responsabilidade direcionada aos municípios. Desde então, o Poder Executivo soteropolitano foi designado para formular a proposta que deu origem ao Projeto de Lei 258/18, que prevê o recolhimento de 1% do valor recebido pelas empresas responsáveis pelos aplicativos a cada viagem; a limitação do número de veículos em circulação para 7,2 mil, mesma quantidade da frota de táxis, e idade máxima dos automóveis de oito anos, dentre outras exigências, que devem ser fiscalizadas pela Semob.

Para ser colocado em prática, no entanto, é necessário o aval da Câmara Municipal de Salvador (CMS) ao projeto, o que tem causado embaraços, adiamentos, discussões e insatisfações tanto para os representantes dos taxistas quanto dos motoristas de aplicativos, uma vez que o PL chegou à Casa Legislativa em agosto e, após sucessivos adiamentos, segue sem ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Devido ao feriado, a reunião da CCJ que aconteceria na última quarta-feira, com o intuito de debater o projeto, foi novamente cancelada e remarcada para a próxima segunda ou terça-feira, conforme informação divulgada pela assessoria da vereadora Lorena Brandão (PSC), relatora do projeto. Segundo a edil, foram recebidas mais de 75 emendas de vereadores no

processo de avaliação do PL. Lorena afirma que projeto ainda não passou pela CCJ por conta do direito que os vereadores têm em pedir vistas para analisá-lo. "É um processo comum, principalmente quando se refere a um projeto onde a sociedade se interessa diretamente, mas acredito que na próxima semana ele seja votado na CCJ", salienta.

A vereadora destacou que algumas mudanças foram apontadas e ainda estão sendo discutidas, a exemplo da

limitação e a "vida útil" dos veículos neste sistema. "Tudo vem sendo analisado para que a Constituição Federal seja respeitada. Todos tiveram importantes indicações a fazer e agora estamos no caminho, de forma constitucional para que a população de Salvador seja a principal beneficiada".

Lorena informou que, como ACM Neto retirou a urgência que havia sido pedida para análise do projeto, ele não deve ser mais apreciado em plenário neste ano, fi-

cando, assim, para o futuro presidente Geraldo Júnior (SD) colocar em pauta de votação para que seja votado em plenário em 2019.

Presidente da CCJ, o vereador Paulo Magalhães Júnior (PV) relatou que os sucessivos adiamentos da votação tanto na CCJ quanto no Plenário ocorreram porque os vereadores estão buscando um denominador comum, para que não prejudique nenhum segmento envolvido. "Pois ambos são muito importantes para a sociedade.

Os taxistas, que têm uma história de serviços prestados para a população, contam com respeito e admiração da Casa, e por isso todos os vereadores estão buscando entendimento... Por que inegavelmente os aplicativos representam a mudança, a evolução que está aí. Não podemos negar nem evitar essa realidade que já faz parte, não só da nossa capital mas do Brasil inteiro, e tem dado dignidade e sustento a muitas famílias. Portanto é fundamental esse

denominador comum que a Casa está buscando através da relatora, a vereadora Lorena Brandão, que deu um voto muito bem elaborado, mas gerou polêmica, uma vez que ela não concorda com a limitação do número de motoristas de aplicativos, ela discorda veementemente disso e está amparada pela legislação federal", explica o vereador.

Paulo Magalhães destacou a produtividade da CCJ e afirmou que os atrasos não foram consequência de problemas na comissão. "O que aconteceu é que no momento que foi retirada a urgência, a própria CCJ quis ampliar a discussão por necessidade, e, com isso, prorrogou o prazo e, por conseguinte, postergou a decisão final", explica o edil.

Já o vereador Hélio Ferreira (PCDoB), presidente da Comissão de Transportes, Trânsito e Serviços Municipais da CMS, disse que pedirá vistas ao projeto, com o objetivo de satisfazer os anseios da população e dos profissionais envolvidos, durante reunião conjunta que será realizada entre a CCJ e a Comissão de Transportes e Serviços e a de Finanças. "Depois reunirei as partes interessadas em uma audiência para que sejam ouvidas e haja um consenso, para que ninguém saia prejudicado", justifica.

Em nota, a prefeitura reiterou que os vereadores são os responsáveis pelas decisões relacionadas ao projeto. "Cabe aos 42 vereadores a avaliação, discussão e votação. A prefeitura respeita os trâmites legislativos e não interfere nos trabalhos legislativos", diz.



Comissão de Constituição e Justiça da CMS segue sem apreciar o projeto que regulamenta serviço em Salvador

Prefeitura manobra contra motoristas de apps, diz sindicato

Para Átila Santana, presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos, Condutores de Cooperativas e Trabalhadores Terceirizados em Geral do Estado da Bahia (Simactter-BA), a prefeitura manobra contra os motoristas de aplicativos, uma vez que o prefeito ACM Neto teria retirado o pedido de urgência para postergar o processo.

"Esse projeto vem se estendendo, pois o prefeito ACM Neto, mesmo tendo maioria na CMS, viu que estava encaminhando uma derrota, e o projeto recebeu várias emendas que são favoráveis à população e aos mais de 25 mil trabalhadores. Ele já se declarou publicamente favorável aos taxistas... Ao perceber que o projeto não deveria passar, ele retirou o pedido de urgência justamente para estender esse processo. Eu sei que não será votado quarta-feira, sei que nada será resolvido, e provavelmente só votarão em fevereiro de 2019, se é que não tentarmos mais uma manobra para prorrogar, porque a população está pressionando", disse.

Átila Santana teme que cerca de 18 mil motoristas de aplicativos possam ficar desempregados, caso precisem igualar a frota de taxistas, que, desde 2005, é de 7.200 profissionais autorizados a rodarem em Salvador. "Não se pode resolver a vida de sete mil trabalhadores desempregando outros 18 mil, isso vai na contramão da economia, do momento que passa o nosso País, com tantos desempregados principalmente aqui na capital", considera.

O representante da categoria acusa a prefeitura de provocar um "apartheid"



Segundo sindicato, já há mais de 25 mil motoristas cadastrados em aplicativos

entre eles e os taxistas. "Mentem sobre esse projeto e as modalidades, criam toda essa rivalidade, quando na verdade os serviços de transportes prestados por aplicativos são feitos de maneira que nenhum taxista nunca prestou... Eles nunca entraram em comunidades para buscar passageiros por R\$ 15, ou R\$ 10, sempre trabalharam com outra classe social. Vimos o atraso desse projeto com maus olhos, como uma manobra da prefeitura para deixar um clima de insegurança no ar para os trabalhadores, apesar de haver muitos pontos inconstitucionais no projeto. É mais uma apresentação política que um projeto de benefício para a sociedade como um todo", desabafa.

Thierry Moitinho é motorista de aplicativos há um ano e meio. Para ele, a regulamentação deverá resultar em omissão do serviço, e atribui o sucesso dos transportes por aplicativos justamente a não regulamentação da atividade. "A regulamentação não traz benefícios, não vejo com bons olhos, vide os próprios táxis, que em tese são um transporte regulamentado, e que durante anos foi um serviço caro, de baixa qualidade, onde o consumidor não tinha voz, tendo que se sujeitar a determinadas condições que sequer passam pela cabeça de um consumidor de aplicativo... E com o advento dos aplicativos, necessitou ser reconfigurado, passar por uma repaginação por-

que quem regula os aplicativos são os próprios passageiros. Se o motorista não está conforme e de acordo com as regras, ele não perdura, diferente dos táxis, que são regulados, mas não tem fiscalização e os passageiros não têm a quem recorrer", opina.

Lucas Gomes da Luz também é motorista de aplicativos há quase dois anos. Apesar de considerar a regulamentação importante, ele acredita que não vai ajudá-lo, "pois o nosso público se interessa em pegar o carro e obter um bom serviço. Acho que é importante regulamentar, porém o número de motoristas que eles querem que sejam aptos a circular é pouco, abaixo da realidade", disse.

Taxistas querem maior agilidade na votação

Ademilton Paim, presidente da Associação Geral dos Taxistas (AGT), acredita que as emendas propostas ao PL 258 prejudicam os taxistas, que ficariam em desvantagem por contar com 7.200 cadastrados, contra mais de 25 mil motoristas de aplicativos.

"As emendas da relatora, vereadora Lorena Brandão praticamente acabam com a categoria. Agente quer 7.200 motoristas de aplicativos, o mesmo número de táxis. Queremos placas só da capital, e eles querem deixar de qualquer município, não querem que tenha limitação, se não tiver limitação vão acabar com os táxis", afirma.

"Na verdade, essa mudança de dados não é bom para os taxistas, pois os aplicativos ganham mais tempo e podem com isto manter a desordem na cidade, onde qualquer um faz esse serviço", acrescenta. Manoel Nascimento Santos tem 71 anos e é taxista há 16. Ele diz que está ocorrendo "um jogo de empurra-empurra, principalmente agora que está nas mãos dos municípios após os trâmites na Câmara dos Depu-

tados e no Senado. Estamos sendo prejudicados diretamente na nossa profissão que existe há mais de 100 anos. Os motoristas de aplicativos representam uma concorrência totalmente desleal, pois nós temos obrigações, pagamos impostos para exercer, somos constantemente fiscalizados, fazemos cursos, investimos dinheiro e estamos ficando no prejuízo. Não é ser contra eles, contra trabalhadores, mas totalmente contra a forma de trabalho injusta se comparados conosco. Esse projeto tem que ser votado urgente para resolvermos essa situação", anseia.

Na profissão há mais de 15 anos, o taxista Antônio Francisco Pascoal, 47, assegura que "essa demora na votação da PL 258/18 prejudica muito o nosso trabalho porque temos um número limitado e os motoristas de aplicativos não. Eles invadem nossos espaços, pois só podemos ter uma frota de 7.200 taxistas por obrigação legal, é feita uma conta que desde 2005 não é atualizada e parou aí, é injusto demais e tudo isso é lamentável".



Taxistas se mobilizam pela aprovação do PL 258/18